

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
 <i>Capítulo 1</i>	
CENÁRIO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	37
Bruno Monteiro Portela e Rafael Dubeux	
 <i>Capítulo 2</i>	
COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS.....	53
Caio Márcio Melo Barbosa	
2.1. Repartição de Competências.....	53
2.2. Competências Administrativas.....	54
2.3. Competências Legislativas.....	56
2.4. Competência da União para Legislar sobre Normas Gerais de Licitação e Contratação.....	65
2.5. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	66
 <i>Capítulo 3</i>	
CONCEITOS LEGAIS E INFRALEGAIS.....	71
Bruno Monteiro Portela	
3.1. Agência de Fomento	76
3.2. Criação e Criador	77
3.3. Incubadora de Empresas.....	77
3.4. Inovação.....	78
3.5. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT)	83
3.6. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).....	87
3.7. Fundação de apoio.....	87
3.8. Pesquisador público	88

3.9. Inventor Independente.....	91
3.10. Parque Tecnológico	91
3.11. Polo Tecnológico.....	91
3.12. Extensão Tecnológica	92
3.13. Bônus Tecnológico.....	93
3.14. Capital intelectual	94

Capítulo 4

POLÍTICA DE INOVAÇÃO DAS ICTS PÚBLICAS E NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT) 97

Leopoldo Gomes Muraro e Caio Márcio Melo Barbosa

4.1. Instrumentos de concretização do Marco Legal de CT&I e o modelo da Hélice Tríplice da Inovação.....	97
4.2. Regime Jurídico de Direito Público e Segurança Jurídica.....	102
4.3. Política de Inovação das ICTs Públicas	104
4.3.1. Normas que estabelecem critérios e parâmetros	107
4.3.2. Normas que estabelecem procedimentos e atribuições	111
4.4. Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT	114
4.4.1. Formas de constituição do NIT	115
4.4.2. Papel do NIT	119

Capítulo 5

AMBIENTES PROMOTORES DE INOVAÇÃO 127

Caio Márcio Melo Barbosa

5.1. Considerações Gerais	127
5.2. Incubadoras de Empresas.....	137
5.3. Aceleradoras de Negócios.....	140
5.4. Parques Tecnológicos.....	141
5.5. Polos Tecnológicos	141
5.6. Participação do Estado na Criação e na Governança das Entidades Gestoras dos Ambientes Promotores de Inovação	142
5.7. Cessão de Uso Privativo de Bem Imóvel Público	143
5.8. Compartilhamento da Infraestrutura Laboratorial, Materiais e Demais Instalações das ICTs Públicas para Incubação de Empresas....	153

Capítulo 6

INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA 157

Leopoldo Gomes Muraro

6.1.	Contextualização e elementos das parcerias.....	157
6.1.1.	Contextualização constitucional e legal das parcerias	157
6.1.2.	Pressupostos jurídicos das parcerias de CT&I	158
6.1.2.1.	Objeto jurídico incerto das pesquisas.....	159
6.1.2.2.	Obrigações de meio das relações jurídicas de PD&I	162
6.1.3.	Sujeitos jurídicos	165
6.1.4.	Plano de Trabalho	166
6.1.5.	Vigência das parcerias.....	171
6.2.	Principais instrumentos jurídicos previstos no Marco Legal de CT&I....	175
6.2.1.	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I.....	176
6.2.2.	Termo de Outorga.....	180
6.2.2.1	Concessão de bônus tecnológico e subvenção econômica	182
6.2.2.2	Concessão de bolsas e auxílios	182
6.2.2.2.1	Bolsas: conceito e tipos.....	184
6.2.2.2.2	Auxílios: conceito e tipos	186
6.2.2.3	Competência para cada Agência de Fomento e ICT regulamentar internamente a concessão do Termo de Outorga	188
6.2.3.	Contrato de outorga de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações das ICTs públicas.....	189
6.2.4.	Contrato de prestação de serviços técnicos especializados....	196
6.2.5.	Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I	200
6.2.5.1	Diferentes tipos de Convênios (<i>latu sensu</i>) na legislação brasileira: Convênio do pacto federativo (Decreto 11.531/2023), MROSC (Lei nº 13.019/14) e Convênio para PD&I (Decreto nº 9.283/18).....	201

6.2.5.2 Aspectos gerais do Convênio para PD&I previsto no Decreto nº 9.283/18	210
6.2.6. Acordo de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação – CT&I.....	214

Capítulo 7

PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	221
---------------------------------	------------

Rafael Dubeux

7.1. Introdução.....	221
7.2. Abrangência do Novo Modelo	223
7.3. Disposições Gerais	231
7.4. Monitoramento e avaliação	233
7.5. Relatórios finais.....	236

Capítulo 8

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	245
---------------------------------------	------------

Rafael Dubeux

8.1. Introdução.....	245
8.2. Alteração de créditos orçamentários sem necessidade de lei	246
8.3. Mudança de categoria entre despesa corrente e investimento	250
8.4. Captação e gerenciamento de recursos por meio de fundação de apoio à ICT.....	257
8.5. Possibilidade de fixar nova categoria orçamentária para P&D.....	259

Capítulo 9

SUBVENÇÃO ECONÔMICA.....	265
---------------------------------	------------

Bruno Monteiro Portela

Capítulo 10

BÔNUS TECNOLÓGICO.....	275
-------------------------------	------------

Bruno Monteiro Portela e Leopoldo Gomes Muraro

Capítulo 11

PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO CAPITAL DE EMPRESAS E FUNDOS DE INVESTIMENTO.....	283
--	------------

Bruno Monteiro Portela

Capítulo 12

COMPRAS PÚBLICAS 291

Rafael Dubeux e Bruno Monteiro Portela

12.1. Introdução	291
12.2. Dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia.....	293
12.3. Dispensa de documentação para aquisição de produtos para pronta-entrega	305
12.4. Disposições gerais sobre contratação de produtos de P&D.....	308

Capítulo 13

CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA 311

Caio Márcio Melo Barbosa

13.1. Poder de Compra do Estado.....	311
13.2. Previsão Legal.....	312
13.3. O que é Encomenda Tecnológica.....	316
13.4. Requisitos Fundamentais para Utilização das Encomendas Tecnológicas	319
13.5. Encomendas Tecnológicas vs. Contratos Administrativos Tradicionais	324
13.6. Natureza Contratual das Encomendas Tecnológicas.....	329
13.7. Fase Prévia à Celebração.....	333
13.8. Tipos de Contrato (ou Formas de Remuneração).....	337
13.9. Monitoramento da Execução Contratual	349

Capítulo 14

IMPORTAÇÃO DE BENS PARA PESQUISA 353

Leopoldo Gomes Muraro

14.1. Contextualização das isenções. Leis nºs 8.010/90 e 8.032/90.....	353
14.2. Beneficiários da isenção	356
14.2.1. Beneficiários previstos na Lei nº 8.010/90.....	356
14.2.2. Beneficiários previstos na Lei nº 8.032/90.....	358
14.2.3. Configuração decorrente do Marco Legal de CT&I.....	360
14.3. Classificação das isenções	362
14.4. Órgão anuentes	365

14.5. Aspectos jurídico-administrativos.....	370
14.5.1. Tratamento prioritário e procedimento simplificado	370
14.5.2. Credenciamento pelo CNPq	371
14.5.3. Limites globais anuais de isenção	373
14.6. Quadro sinóptico	375

Capítulo 15

TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA 377

Leopoldo Gomes Muraro

15.1. Considerações sobre a propriedade intelectual.....	377
15.2. Transferência e difusão de tecnologia no Marco Legal de CT&I.....	380
15.2.1. Diferença entre licenciamento e cessão da propriedade intelectual	383
15.2.2. Tipos de proteção da propriedade intelectual: direito autoral, propriedade industrial e proteção <i>sui generis</i>	386
15.2.3. Exclusividade.....	388
15.2.4. Oferta tecnológica	390
15.3. Tipos de contrato	392

REFERÊNCIAS 397